

SITUAÇÃO IRREGULAR

Professores-índios vão ter que fazer concurso

A determinação da Procuradoria Regional do Trabalho para que as prefeituras dos 62 municípios amazonenses regularizem até o mês de abril a situação de servidores contratados sem concurso público, preocupa a Organização Geral dos Professores Ticunas Bilingues (OGPTB). Cerca de 200 índios que atuam como professores nas áreas indígenas do Alto Solimões, contratados pelas prefeituras, terão que se submeter a concurso público se quiserem continuar na função. A primeira dificuldade é que a quase totalidade desses professores não possui habilitação formal para o magistério nem o nível de escolaridade exigido para o concurso.

No início deste ano, a Procuradoria Regional do Trabalho enviou uma notificação recomendatória aos prefeitos dos 62 municípios do Amazonas, dando o prazo de 120 dias para que as prefeituras anulem os contratos irregulares de trabalho e realizem concurso público "de acordo com a conveniência da Administração".

Segundo a assessora da OGPTB, Maria Jussara Gomes, a Organização adiantou-se a qualquer medida dos prefeitos e tomou a ini-

ciativa de discutir o assunto durante o "I Encontro Regional de Educação Indígena - A Escola Ticuna", que acontece a partir de hoje na aldeia Filadélfia, no município de Benjamin Constant.

"Vamos aproveitar que vários prefeitos e secretários de Educação do Alto Solimões, além de representantes do próprio Ministério da Educação estarão presentes para propor que a prova a ser aplicada aos professores ticunas seja específica, levando em consideração a língua, a cultura e a história ticuna. Será uma forma de evitar as demissões", disse Jussara.

A preocupação da OGPTB é que os professores-ticuna tenham que ser substituídos por professores não-índios. "Isso seria extremamente danoso do ponto de vista cultural. É preciso lutar pelo direito constitucional dos índios de ter escolas especiais que garantam formação diferenciada. É preciso que os próprios índios assumam a sua educação", argumentou Jussara. Cerca de 85% dos professores-índios têm vínculo empregatício com as prefeituras e apenas 15% são funcionários da Funai.

Prefeitos defendem ensino indígena

Prefeitos de municípios do Alto Solimões negam a intenção de substituir os professores-ticunas por professores não-índios nas escolas indígenas. O prefeito de São Paulo de Olivença, Alcides Miller, disse que defende a permanência de índios na função de professor nas comunidades indígenas e que tem incentivado a reciclagem desses professores.

"Se dispensarmos o trabalho dos professores-índios, as comunidades indígenas ficarão em dificuldade. São raros os professores da chamada civilização branca que fariam concurso para dar aula nas áreas indígenas", disse Miller.

O vice-prefeito de Santo Antônio do Içá, Francisco Barbosa, não esconde que a Prefeitura gostaria de colocar dentro das áreas indígenas professores com melhor nível de qualificação, mas garante que existe a preocupação em respeitar a cultura indígena.

O secretário de Educação de Tabatinga, Nildo Lopes, descarta a possibilidade de substituir os professores-índios. "Pelo contrário, temos dado prioridade à qualificação e reciclagem desses professores e para isso temos contado com o apoio da OGPTB", assegurou Lopes.

O prefeito de Amaturá, Airton Zau, disse que o baixo nível de escolaridade dos professores-índios é um problema que não pode ser ignorado. "Não dá para continuar com situações em que um professor-índio vai para a sala de aula tendo feito apenas o 2º ano primário. Índio ou não temos que zelar pela qualidade do ensino. Concordo que as escolas indígenas devem ter professores-índios mas a questão precisa ser revista".